

DESDOBRAMENTOS DA ANÁLISE DAS AÇÕES DO ESTADO PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PÓS-PANDEMIA EM NOVA IGUAÇU-RJ

DEVELOPMENTS FROM THE ANALYSIS OF STATE ACTIONS TO FIGHT AND PREVENT GENDER-BASED VIOLENCE DURING THE POST-PANDEMIC IN NOVA IGUAÇU-RJ

DESARROLLOS DEL ANÁLISIS DE LAS ACCIONES ESTATALES PARA COMBATIR Y PREVENIR LA VIOLENCIA DE GÉNERO DURANTE LA POS-PANDEMIA EN NOVA IGUAÇU-RJ

Isis Santos da Silva¹
Tatiane de Oliveira Pinto²

Resumo

Neste artigo serão apresentados resultados de uma investigação que buscou identificar as especificidades das políticas de gênero, no município de Nova Iguaçu-RJ, no período pandêmico e pós-pandêmico. O estudo se deu junto à Superintendência de Políticas para as Mulheres, que tem como uma das metas o enfrentamento e prevenção à violência de gênero. Na metodologia foram utilizadas a observação participante, o envio de formulários através da Plataforma Google Forms às técnicas das políticas e análise das Redes Sociais Virtuais do equipamento. Como resultados ficou evidente a importância do fortalecimento da rede e a relevância da intersetorialidade para o planejamento e execução das ações, bem como para o acesso à direitos das mulheres. Além disso, registrou-se que algumas demandas já identificadas durante a pandemia, evidenciaram-se no pós-pandemia e a importância do uso das RSVs para divulgação das ações, que oportunizou o aumento de atendimentos 'de primeira vez' das vítimas de violência.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Pós-pandemia. Políticas.

Abstract

This article will present the results of an investigation that sought to identify the specificities of gender policies, in the municipality of Nova Iguaçu-RJ, in the pandemic and post-pandemic period. The study took place with the Superintendence of Policies for Women, which has as one of its goals the confrontation and prevention of gender violence. In the methodology, participant observation was used, the sending of forms through the Google Forms Platform to the techniques of policies and analysis of the Virtual Social Networks of the equipment. As a result, it was evident the importance of strengthening the network and the relevance of intersectoriality for the planning and execution of actions, as well as for access to women's rights. In addition, it was recorded that some demands already identified during the pandemic, became evident in the post-pandemic and observed the importance of using RSVs to publicize actions, which led to an increase in 'first-time' assistance to victims of violence.

Keywords: Violence. Gender. Post-pandemic. Policies.

Resumen

Este artículo presentará los resultados de una investigación que buscó identificar las especificidades de las políticas de género, en el municipio de Nova Iguaçu-RJ, en el período pandémico y pospandémico. El estudio se realizó con la Superintendencia de Políticas para la Mujer, que tiene como uno de sus objetivos el enfrentamiento y prevención de la violencia de género. En la metodología se utilizó la observación participante, el envío de formularios a través de la Plataforma Google Forms hasta las técnicas de políticas y análisis de las Redes Sociales Virtuales de los equipos. Como resultado, se evidenció la importancia del fortalecimiento de la red y la relevancia de la intersectorialidad para la planificación y ejecución de acciones, así como para el acceso a los derechos de las mujeres. Además, se registró que algunas demandas ya identificadas durante la pandemia, se hicieron evidentes en la pospandemia y la importancia de utilizar RSV para publicitar acciones, lo que llevó a un

¹ Estudante de graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: isissantos2711@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9623-4626>.

² E-mail: tati_olp@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9717-4597>.

aumento en la atención de 'primera vez' a víctimas de violencia.

Palabras clave: Violencia. Género. Post-pandemia. Políticas.

INTRODUÇÃO

Neste artigo serão apresentados resultados do projeto de pesquisa “A vida das mulheres nos contextos pandêmico e pós-pandêmico: Um estudo sobre as políticas sociais de gênero na cidade de Nova Iguaçu – RJ”, que foi desenvolvido no período de setembro de 2022 a agosto de 2023. O tema central do estudo articula-se em torno de interrogações sobre o planejamento das ações do Estado, em âmbito municipal, desenvolvidas em particular em equipamentos destinados ao desenvolvimento de políticas sociais de gênero, no período da pandemia de Covid-19 (OPAS, 2020) e no pós-pandemia, na Baixada Fluminense, especificamente no município de Nova Iguaçu. A referida pesquisa parte de uma investigação anterior (Oliveira e Pinto, 2022), onde buscou-se identificar as ações do Estado no período da pandemia de Covid-19 em municípios da Baixada Fluminense – RJ e operou, em perspectiva comparativa a partir de realidades distintas de dois municípios desse território: Seropédica e Nova Iguaçu, considerando que os marcadores de classe, raça e gênero estão fortemente presentes e que se potencializaram a partir do aparecimento do novo Coronavírus.

Como os dados levantados na cidade de Nova Iguaçu oportunizaram a ampliação das análises e tendo em vista que o desenvolvimento das políticas de gênero se mostrou mais contundente e ampliado, na fase do estudo descrita neste artigo, procurou-se compreender, em mais detalhes, como as ações se deram tanto no contexto em que havia um resquício do contexto da pandemia, como no chamado pós-pandemia, quando a fase mais aguda do contágio pelo Coronavírus já havia sido superada. Recuperando as expressões a que nos referimos acerca das políticas identificadas como ‘conservadoras’ *versus* ‘progressistas’, onde um município estaria mais ‘atrasado’ em relação ao outro no que tange às políticas de gênero, cabe indagar se as políticas de gênero identificadas na atual investigação estão isentas do caráter familista, como são consideradas de um modo geral, as políticas sociais brasileiras, em especial aquelas cujo objetivo é promover o bem estar social. A literatura registrou, nos últimos anos, a discussão que considera as políticas sociais como aquelas que agregam família e trabalho, tornando-se componentes estratégicos na agenda dos estados de bem-estar contemporâneos (Moraes, *et al.*, 2020; Romero e Kerstenetzky, 2015).

Citando Esping, Andersen, Moraes *et al.* (2020) explicam que o familismo se insere nos sistemas de proteção social à medida em que a política pública julga que as famílias precisam

arcar com a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, o que a isenta de uma provisão de bem-estar por parte do Estado. Nos termos dos autores, em Estados com caráter familista na 'parceria' entre Estado e família, a dimensão de proteção assumida por cada uma dessas partes é que definirá o nível de familismo. As políticas relacionadas à família agregam um agrupamento de medidas e instrumentos que fortalecem suas funções sociais, seja com base em sua estrutura, em suas propriedades ou com base nos pleitos de seus membros. "Recobrem, assim, tanto políticas de caráter universal, como as focalizadas no combate à pobreza, à violência doméstica, dentre outras" (Moraes *et al.*, 2020, p. 806).

A partir dessas considerações, pretende-se, com esta comunicação, deslindar as ações específicas no que concerne a ações de enfrentamento e prevenção à violência contra a mulheres, em uma cidade baixadense, mas sem descartar o caráter originário das políticas sociais, no contexto da formação sócio-histórica brasileira.

POLÍTICAS SOCIAIS E A CATEGORIA GÊNERO

Considerando o sentido polissêmico do conceito de políticas sociais (Faleiros, 1991), as definimos, neste artigo, como desdobramentos, respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo e em sua relação de exploração do capital sobre o trabalho. De acordo com Marilda Iamamoto (2014), a produção e reprodução do capital possuem uma natureza eminentemente social e esta natureza social está assentada na desigualdade fundamental entre o detentor dos meios de produção e o detentor da força de trabalho, que a vende por não deter as condições de sua subsistência, inserindo-se, portanto, na lógica do capital. Tal relação produz uma série de desigualdades, inscrevendo-se de forma tensa e contraditória, como é possível perceber em Carvalho e Iamamoto (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

A questão social, enfim, resume múltiplas desigualdades que são mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, destacando como alguns segmentos da sociedade civil acessam bens da civilização e atinge, de forma profunda, a vida dos sujeitos em uma luta aberta pela cidadania (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais.

De maneira mais sintetizada, as políticas sociais dizem respeito às medidas e ações de proteção social e bem estar. Desse modo, políticas sociais constituem um tipo de política pública, que se tornou um sinônimo de ação governamental, que condiz com uma das formulações da literatura especializada: Para Thomas Dye (2009), política pública uma categoria intimamente vinculada ao Welfare State (estado do bem-estar social), que é o campo por excelência das investigações dos analistas das políticas. Dito isso, é possível afirmar que política pública é um conceito ambientado ao Estado contemporâneo.

Nos termos de Behring e Boschetti (2011), no Brasil, as políticas sociais tiveram sua trajetória influenciada por políticas econômicas internacionais. Ao contrário das políticas sociais dos países capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas imposições. A política social brasileira se expandiu nos períodos de regime autoritário, onde o governo procurava mostrar uma vertente humanista, para justificar sua ação interventora. Historicamente, o estudo das políticas sociais deve ser marcado pela necessidade de pensar as políticas sociais como “concessões ou conquistas”, na perspectiva marxista, a partir de uma ótica da totalidade (Behring e Boschetti, 2011). Dessa forma, as políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força.

No processo de apropriação das reflexões e na compreensão do conceito de gênero podemos tomá-lo como elemento estruturante das relações sociais, uma vez que expressa ‘modos de ser’ dos sujeitos e está articulado ao desenvolvimento e a reprodução da sociedade, revelando como esta se organiza. Na literatura especializada no tema, há registros de que a preocupação teórica com gênero, enquanto categoria analítica, emergiu, apenas, em fins do século XX. E isso, de certa maneira, pode explicar a dificuldade que as feministas contemporâneas enfrentaram para incorporar o termo às abordagens teóricas existentes (Piscitelli, 2004).

A categoria gênero foi introduzida ao debate acadêmico norte-americano nos anos de 1960, através de protestos ocorridos nas universidades americanas, ao passo que no Brasil, com o movimento de mulheres tornando-se visível a partir dos anos 1970, o campo dos ‘estudos sobre mulher’ ainda era a denominação mais usual para evidenciar essa área de estudos. Com sua primeira ‘aparição’ entre as feministas americanas, tinha como objetivo enfatizar o caráter essencialmente social das distinções fundamentadas no sexo. Joan Scott (1995) salienta que gênero, dessa forma, era proposto pelas feministas que acreditavam na ideia de que a pesquisa envolvendo mulheres mudaria os paradigmas disciplinares e tal

acontecimento dependeria da medida em que ‘gênero’ pudesse ser desenvolvido como uma categoria de análise.

No que tange às políticas públicas, é importante mencionar a transversalidade de gênero, entendida como ponto central das ações governamentais e um potencial transformador da realidade social, tendo o objetivo de reduzir as desigualdades de gênero em todos os níveis do Estado. O termo foi adotado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher como “gender mainstraing”, em 1995 e deve ser apreendido, também, como constructo teórico e prático, que se refere tanto à autonomia econômica, como ao conjunto de ações que promovam a educação e a inserção no mercado de trabalho para mulheres pobres.

A transversalidade de gênero (Andrade *et al.*, 2019) está no cerne das políticas públicas e se apresentou como fator estratégico a partir da reivindicação dos movimentos feministas. Além disso, tem como objetivo o fortalecimento da autonomia das mulheres, bem como a universalidade dos serviços, direito à diversidade e participação efetiva na esfera pública. Políticas públicas que possuem contorno de gênero são políticas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 80 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente.

Nos termos de Marcondes *et al* (2018), a transversalidade é vinculada a políticas que privilegiam a atenção a determinados grupos, especialmente, no contexto de criação de órgãos que as regularizam. Seria o caso da política para as mulheres e igualdade racial e da criação, em nível federal, da SPM (Secretaria de Política para Mulheres) e da já extinta SEPPIR (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Essa perspectiva transversal de gênero deve ser horizontalizada, abrangendo uma maior sensibilização, conscientização e formação em gênero dos indivíduos envolvidos e os desafios para a sua implementação estão, também, na ausência da discussão nas esferas acadêmica e pública, considerando que a institucionalização ficou restrita a Secretaria de Políticas para as Mulheres e seus departamentos.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO

De acordo com Saffioti (2004), a violência é a ruptura de qualquer forma de integridade humana, tanto em relação à integridade física, psíquica, sexual e moral. Para a autora, a violência do homem contra a mulher, expressa por meio de diferentes formas – ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. – é constitutiva da organização

social de gênero no Brasil. No livro “Gênero, patriarcado e violência”, a autora aborda o tema em uma perspectiva histórica, analisando o papel da mulher na sociedade capitalista.

A violência de gênero é um conceito mais amplo, que pode abranger vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Na prática do papel patriarcal, os homens detêm o poder de produzir a conduta das categorias sociais designadas, recebendo autorização ou, pelo menos, condescendência da sociedade para castigar o que se lhes apresenta como desvio. “O cumprimento do projeto de dominação-exploração da categoria social erigida pelos homens exige que sua capacidade de mando seja amparada pela violência” (Saffioti, 2016, p. 15). Dessa forma, a violência sexista se insere como um fenômeno estrutural, devendo ser analisada de tal maneira. Sendo o patriarcado um sistema que permeia diferentes dimensões da sociedade, que se baseia no controle e na repressão da mulher, é uma problemática a ser estudada e enfrentada, para que se alcance uma realidade igualitária, como afirmam Oliveira e Fontes (2020). Pino (2007) infere que o fenômeno da violência é tão complexo que se contrapõe às análises superficiais que por vezes são feitas do mesmo. A violência circunda questões sociais, econômicas e políticas nacionais mal resolvidas ou ainda não resolvidas.

Segundo Cerqueira *et al.* (2021), na publicação Atlas da Violência 2021, no ano anterior à pandemia, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. Esse quantitativo é inferior aos 4.519 homicídios femininos apontados em 2018. O arrefecimento no número de homicídios de mulheres inventariados no referido ano segue a mesma inclinação do indicador geral de homicídios, cuja redução foi de 21,5% em comparação a períodos anteriores.

Cabe ressaltar que, em relação ao quesito raça/cor, embora os dados nacionais apontem para um decréscimo no quadro de violência contra a mulher, desde a implementação da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), em se tratando de mulheres negras, a violência continua sendo uma realidade. Conforme analisa Garcia (2020), de acordo com dados da Central de Atendimento à Mulher, no ano de 2018 foram registradas 92.663 denúncias de violência contra a mulher no Brasil, e dentre essas denúncias, as mulheres pardas totalizaram 39,69% das ocorrências e as mulheres negras 10,73%, ao passo que as mulheres brancas totalizaram 36,35%, as amarelas 0,81% e as indígenas 0,66% (Brasil, 2019 *apud* Garcia, 2020).

Campos (2015), elaborando uma cronologia dos avanços no campo das ações de enfrentamento e prevenção da violência de gênero, cita alguns marcos importantes no âmbito da realidade brasileira: Em 1985 foi criada a primeira DDM – Delegacia de Defesa da Mulher – em São Paulo, constituindo-se no marco da política de segurança pública no Brasil em atendimento à reivindicações do movimento feminista; Em 1986 foram criadas no Rio de

Janeiro, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs – com o objetivo de dar atendimento e orientação à mulher vítima de violência; No ano de 1994 foi assinada no Brasil a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. E alguns anos depois, em 2003 houve a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres República – SPM – e, em 2 de outubro de 2015 a Secretaria foi incorporada ao então recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), extinto em 2016.

Os movimentos sociais foram relevantes para atender a demanda da população por meio de protestos, e desse modo, o feminismo contribuiu com o avanço de direitos sociais e o enfoque de gênero nas políticas públicas, embora ainda haja uma necessidade de maior efetivação dessas políticas, sobretudo em tempos de retrocessos e desmontes de ações anteriormente implementadas, como o que vivemos na atualidade. No panorama brasileiro, as lutas feministas podem ser verificadas com a ruptura do Estatuto da Mulher Casada em 1962, que considerava a mulher como incapaz em seus próprios atos (Brasil, 2015). Além disso, na década de 1970, o movimento feminista se potencializou a partir do evento realizado pela Organização das Nações Unidas, com o tema “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que abordou assuntos considerados, à época, polêmicos, tais como o aborto, o lesbianismo, além de temas importantes como o trabalho e o tema urgente da violência contra a mulher.

Vale sinalizar a importância da Lei Maria da Penha, mencionada anteriormente, cuja criação representou um avanço na legislação de enfrentamento à violência doméstica e familiar no Brasil. Rompendo com a visão meramente punitivista, a lei incorporou as perspectivas da prevenção, assistência e contenção da violência, além de criar medidas protetivas de urgência e juizados especializados para o julgamento dos crimes praticados com violência doméstica e familiar. Dentre os principais serviços da rede destaca-se a análise dos juizados, das promotorias e defensorias especializadas, das delegacias da mulher e casas-abrigo.

Em se tratando de ações voltadas para a garantia da vida das mulheres, prevenção e enfrentamento da violência, é importante que se apresentem as diferenças entre o que se entende por política de gênero e política para mulheres. Desse modo, cabe reiterar o papel das políticas sociais como uma das possibilidades de enfrentamento da ‘questão social’ e, sobretudo, identificar nelas expressões das relações de gênero, materializadas em políticas sexualizadas (Santos, 2014).

Nos termos da autora, a ideia de Política para as Mulheres não integra os avanços dos estudos de gênero que introduzem o aspecto relacional e de poder como algo histórico, cultural

e não fixo. Além disso, políticas com foco nas mulheres seguem reforçando os lugares tradicionais de gênero, fixando-as, exclusivamente, na condição de domesticidade e reprodução social. As políticas sociais nos últimos tempos, são operacionalizadas por meio da feminização da pobreza e da familização e essas tendências têm sido as formas pelas quais o Estado se utiliza para enfrentar as expressões da questão social. E essas tendências são percebidas no campo das políticas públicas, particularmente naquelas que compõem o sistema de Seguridade Social, com destaque para as áreas da saúde e da assistência social (Santos, 2014).

Citando Lavinias (1996), Santos (2014) afirma que políticas de gênero permitem intervir na dinâmica da reprodução social, na divisão sexual do trabalho e nas construções sociais a partir dos espaços público e privado. Assim, políticas de gênero devem interferir sobre as contradições concernentes aos papéis sociais esperados pela sociedade, contribuindo para ampliar e aprimorar a responsabilidade dos homens nas tarefas reprodutivas em todos os níveis sociais.

Sobre a questão da violência, a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” (Bueno *et. al.*, 2023), realizada pelo Fórum Mundial de Segurança Pública, mostra um crescimento expressivo de todos os tipos de violência, sendo a casa o espaço de maior violência para as mulheres. Diversos fatores estão relacionados ao crescimento da violência contra mulher, entre eles estão a falta de financiamento de políticas de enfrentamento, a dificuldade de acesso aos serviços de acolhimento e a ação de movimentos ultraconservadores.

Dados do Mapa da Desigualdade 2022 (Rede Nossa São Paulo, 2022) apontam que todos os tipos de violência contra a mulher aumentaram, em média, 67,9%, no ano de 2021. No mesmo ano, o número total de vítimas pela violência de gênero foi de 85.325, um acréscimo de 68,7% em comparação às 82.873 de 2020. Endossando a problemática, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública atualizou os dados sobre a violência contra meninas e mulheres durante o 1º semestre de 2022 e é notório que a violência contra a mulher aumentou nos últimos quatro anos, ao mesmo tempo em que o investimento em políticas públicas foi deliberadamente reduzido, sobretudo em nível federal (Andrade, 2022), onde foram evidentes as ações de desmonte de políticas e retrocessos nas ações governamentais para as questões das mulheres.

No período em que se vivenciou a pandemia de Covid-19, a violência atingiu outros patamares. O isolamento social foi uma das medidas protetoras, no entanto, revelou-se como uma ameaça à vida, através do aumento da violência doméstica. No Brasil, o número de

denúncias feitas ao Ligue 180 aumentou 34% entre março e abril de 2020 em relação a 2019, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2020). Ao comparar apenas o mês de abril, o crescimento foi de 36% entre os dois anos.

Para Marques *et al.* (2020), a crise sanitária, econômica e social trazida pela pandemia do Covid-19 e suas necessárias medidas de enfrentamento aumentaram, sobremaneira, o risco de violência contra a mulher. Para muitas mulheres, as medidas emergenciais indispensáveis para a prevenção contra a doença aumentaram o trabalho doméstico e o cuidado com toda a parentela. Restrições de movimento, limitações financeiras e a generalizada insegurança também encorajam os abusadores, dando-lhes poder e controle adicionais.

É possível inferir que, mesmo após a declaração do fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à Covid-19 (OPAS, 2023) e uma possibilidade de se pensar um contexto pós-pandêmico, os desdobramentos das questões relativas às vidas que se perderam, ao adoecimento físico e mental, da sobrecarga do trabalho das mulheres, do desemprego que atingiu milhares de pessoas e as questões envolvendo a violência de gênero, que foram alarmantes nos meses em que se registrou uma fase mais aguda de contágio do Coronavírus, ainda iremos vivenciar o legado dos mais de dois anos em que a doença não estava controlada.

Qualquer proposta política de recuperação econômica no pós-pandemia que pretenda colocar a vida como central, precisa assumir os processos que efetivamente sustentam a vida. Não bastam discursos genéricos que afirmam o acesso à renda desarticulados de políticas públicas efetivas – de proteção social, saúde, educação e saneamento básico – e sem propor mudanças substantivas na organização do trabalho, quando a informalidade e a precariedade são as marcas de um contexto laboral. A existência de uma política pública comprometida com o enfrentamento da violência contra as mulheres também se constrói a partir dos agenciamentos que, assim, fortalecem as redes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2022 a junho de 2023 e como locus para as análises a equipe de pesquisa foi autorizada a realizar a investigação na sede da Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM) de Nova Iguaçu. Na primeira fase da pesquisa, foi realizado mapeamento, por meio de análise em seu perfil da Rede Social Virtual do *Instagram*, de modo a perceber se as ações relacionadas ao contexto de gênero, a partir

das demandas que se colocaram no período da pandemia do Coronavírus continuaram sendo divulgadas e publicizadas.

A possibilidade de análises em sítios digitais é inspirada nos trabalhos de Costa (2018) e de Oliveira (2017). De acordo com Costa (2018), as Redes Sociais Virtuais – RSVs –, embora tenham surgido numa perspectiva pessoal, reúnem mais do que usuários, agrupam pessoas em grupos distintos, por afinidades que apresentam atributos sociais. Para Marteleto, citado por Oliveira (2017), a investigação no espaço das RSVs coloca em evidência um dado da realidade social contemporânea, onde os sujeitos, dotados de recursos e capacidades propositivas, estabelecem suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações provocadas pelo próprio desenvolvimento das redes.

Foram utilizados questionários on-line, que foram enviados a algumas gestoras e técnicas das políticas sociais identificadas em Nova Iguaçu. No questionário não foi necessária a identificação das respondentes e a participação foi voluntária. Cada respondente contou com uma breve explicação dos objetivos da pesquisa e esclarecida sobre os riscos, benefícios e privacidade da investigação, além de lhe ser resguardado o direito de deixar de participar do estudo a qualquer momento. O instrumento de coleta de dados foi elaborado na plataforma Formulários Google e divulgado via e-mail e WhatsApp. No que tange à utilização do método de coleta de dados via internet, por meio de questionários, Calliyeris e Las Casas (2012), citando Couper (2000), apontam que a eficácia da web reside não apenas no fato de ela atingir um bom número de respondentes por meio de baixo custo, mas também pelo fato de que ela se tornou acessível, como meio de coleta, para a população em geral, que pode oferecer produtos e serviços em sites e, simultaneamente, coletar dados de consumidores, potenciais clientes e curiosos, que diariamente acessam os ambientes virtuais em busca de informações.

Em uma última etapa da investigação, realizou-se a observação participante, que compreende uma técnica de coleta de dados em que a presença do investigador numa situação social é mantida para fins de investigação científica e tem uma perspectiva de relação direta com o grupo investigado, podendo o pesquisador participar de seu ambiente ‘natural’ e social. A característica do observador é a sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda (Becker, 1999). O uso dessa metodologia se deu de maneira complementar às demais etapas do estudo, de modo a uma possibilidade de aproximação à execução das ações, sobretudo, no atendimento presencial às mulheres pelas gestoras e técnicas das políticas sociais.

Como uma ferramenta complementar para corroborar os dados coletados em campo, foi realizada no âmbito do referido Projeto Pibic³, uma atividade de extensão em forma de roda de conversa, com duas Técnicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da SPM, sendo as profissionais uma Assistente Social e uma Psicopedagoga que, de maneira muito esclarecedora, narraram suas experiências cotidianas de trabalho, para um público de estudantes e professores do curso de graduação ao qual a pesquisa está vinculada. Por meio da referida atividade, foi possível fazer novas inferências sobre as ações de enfrentamento e prevenção à violência de gênero e confirmar informações anteriormente coletadas nas fases anteriores do estudo.

Cabe registrar que o projeto de que trata essa pesquisa foi submetido ao Sistema CEP/CONEP, por meio da Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos e aprovado por meio do parecer nº 5.639.501, em 13 de setembro de 2022.

RESULTADOS E ANÁLISES

A partir da pesquisa de campo na SPM/NI⁴ e da aplicação do formulário online, destacam-se três eixos principais de análise, que serão examinados e discutidos neste estudo:

1. a importância da intersetorialidade para o planejamento e execução das políticas de gênero;
2. as novas demandas e/ou as que se acentuaram no pós-pandemia;
3. análise do perfil das usuárias do equipamento.

Em primeiro lugar, é de suma importância a descrição das profissionais respondentes que contribuíram para este estudo, não somente pela identificação etária, de cor/raça ou cargo, mas principalmente, pelo vínculo empregatício a qual essas profissionais estão submetidas, pois, as autoras Braunert *et al.* (2021), apontam para um intenso e atual processo de flexibilização das formas de contratação no setor público brasileiro, caracterizado pelo aumento

³ A atividade foi planejada e executada em uma ação conjunta entre o Núcleo de Estudos de Gênero Geração e Raça/ Etnia (no qual o projeto de pesquisa está inserido), a coordenação de curso de graduação em Serviço Social, dentro da Campanha Institucional “Mulheridades”.

⁴ A Superintendência de Políticas para Mulheres de Nova Iguaçu (SPM/NI) é um órgão ligado ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM/NI), ambos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu (SEMAS/NI). A SPM atende mulheres vítimas de violência doméstica e vítimas do câncer de mama. Na equipe multidisciplinar, que é composta por Assistentes Sociais, Advogadas, Psicopedagoga e Psicólogas, elas se auto identificam como técnicas de enfrentamento a violência e trabalham com atendimentos de média complexidade, estendido para os filhos/as da vítima (atendimento com Psicopedagoga). Além de ser um atendimento municipal, somente para mulheres que residem em Nova Iguaçu. Dito isso, a SPM, foi o lócus de análise deste estudo.

das contratações de trabalhadores com vínculos instáveis e precários, notadamente os temporários e terceirizados.

Diante disso, cabe registrar que: todas as respondentes são do gênero feminino, com idades que variam entre 30 e 70 anos. Acerca da categoria cor/raça, 42,9% das mulheres se autodeclararam como pretas, 28,6% como pardas e as outras 28,6% como brancas; No que diz respeito ao município em que residem, 57,1% delas moram na cidade de Nova Iguaçu, 14,3% em outro município da Baixada e 28,6% das profissionais respondentes não residem na Baixada Fluminense; Outro dado importante é o cargo que ocupam, sendo duas Assistentes Sociais: Uma coordenadora do CEAM de Queimados/RJ, vinculado à Secretaria da Mulher do Estado do RJ (SME RJ); Uma psicopedagoga; Uma advogada e uma estagiária. Dos setores/equipamentos nos quais as respondentes trabalham, obtivemos como resposta a SPM/Nova Iguaçu, o CEAM/Nova Iguaçu, a Casa da Mulher Nilopolitana e o CEAM/Queimados. No que tange a formação acadêmica, as respostas foram: 57,1% possui ensino superior, 28,6% pós-graduação e apenas 14,3% estão cursando o mestrado. Por fim, examinam-se os vínculos empregatícios aos quais estão inseridas, sendo 28,6% das profissionais concursadas; 28,6% contratadas pela prefeitura; 14,3% estagiárias e as outras 28,6% com outro vínculo empregatício que não os anteriores citados.

No que concerne aos três eixos de análise mencionados anteriormente, sobre a importância da intersectorialidade para o planejamento e execução das políticas de gênero, uma das questões mais colocadas pelas gestoras durante a realização da pesquisa de campo na SPM/Nova Iguaçu foi a intersectorialidade como o mecanismo mais importante para a viabilização de direitos e para que a política de gênero seja garantida de forma efetiva e de qualidade. Portanto, há um esforço por parte da equipe da Superintendência para o fortalecimento da rede e conexão dos atendimentos⁵.

No questionário enviado às profissionais que trabalham com as referidas políticas, perguntamos se consideravam importante a intersectorialidade nas políticas sociais e obtivemos as seguintes respostas: 1. “Sim, de suma importância para a viabilização de direitos”; 2. “Sim, principalmente as reuniões mensais de rede”; 3. “Sim, temos fortalecimento com a Rede Baixada, Movimento de Mulheres, Segurança Pública, etc”; 4. “Primordial esse fortalecimento com todas as redes de políticas sociais. Assim, de fato teríamos um atendimento com

⁵ A SPM tem parceria com a Casa da Mulher Iguaçuana (que tem como foco a profissionalização de mulheres), com as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), Centro de Assistência Multidisciplinar à Violência Sexual (CAMVIS), Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), Sala Lilás, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Casa verde e amarela, abrigos para mulheres vítimas de violência, entre outros.

qualidade”; 5. “Fundamental. A política para mulheres só pode ser efetivada a partir do fortalecimento da rede”; 6. “A rede é a continuação do nosso serviço”.

Nota-se, então, a partir das respostas citadas, como as profissionais mencionam várias vezes o termo “fortalecimento da rede”. E o que seria então a noção de Rede na esfera pública? Pereira e Teixeira (2013) discutem, cuidadosamente, todos os conceitos e tipologias da categoria Rede no âmbito da intersectorialidade nas políticas sociais – em especial na política de assistência social –, apontando para o fato de que a política de assistência social tem a intersectorialidade como um dos seus eixos mais estruturantes. As autoras refletem sobre a incorporação e os desdobramentos do fortalecimento da rede na gestão das políticas sociais, à luz da compreensão de sua importância no contexto da relação entre o Estado e a sociedade civil organizada.

As autoras fazem uma longa e completa análise do surgimento da Rede como uma estratégia neoliberal para facilitar o compartilhamento de recursos, práticas e saberes entre as instituições, de maneira a efetivar suas ações. Entretanto, em relação à formação das redes nas políticas sociais, Teixeira (2002) aponta que seu surgimento está relacionado a dois fenômenos recorrentes nas sociedades latino-americanas: a descentralização e a democratização política. Neste contexto, Pereira e Teixeira (2013) afirmam que diversas correntes políticas da América Latina se mostraram a favor da descentralização. Os neoliberais, principalmente, defendiam que a descentralização resultaria na eficácia das ações públicas. No Brasil, a proposta de descentralizar o poder do Estado representou, principalmente para a esquerda, uma alternativa de democratizar politicamente o país e incentivar e institucionalizar a participação da sociedade civil nos processos decisórios. A partir desse discurso, as Redes no âmbito das políticas sociais passaram a representar, sob o olhar das autoras:

Em meio ao discurso em prol da descentralização, as redes mostraram-se como uma modalidade de coordenação favorável à construção de parcerias em nível local, estadual e federal, visão com a qual concordamos, posto que não significa o desmonte ou desresponsabilização do Estado, mas sim divisão de responsabilidades entre entes governamentais, de recursos e de poder de decisão, de pactuação e de articulação que, se associada às redes intersectoriais de políticas públicas, será capaz de uma intervenção totalizante, rompendo a fragmentação e a setorialidade das políticas sociais (ibidem, 2013, p. 118).

Sob a ótica de Couto et al. (2018), é preciso compreender a violência contra as mulheres como um fator complexo, que impõe, necessariamente, um cuidado específico se o objetivo for reduzir a incidência desse fenômeno. Dessa forma, para além de criminalizar a violência, é necessário um esforço coletivo com propostas de articulações entre redes

institucionais e ações intersetoriais que, de alguma maneira, estejam envolvidos nessa dinâmica. Ou seja, é imprescindível o fortalecimento da rede.

Nesse sentido, a maioria das concepções de Rede no âmbito das políticas sociais – principalmente no que tange às políticas de gênero – remete para a noção de interconexão, articulação, parceria, interação, fortalecimento entre organizações governamentais e não governamentais. Ademais, Pereira e Teixeira (2013) elucidam que a noção de intersectorialidade nas políticas sociais e o conceito de Rede possuem frentes interdependentes:

A noção de intersectorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos (ibidem, 2013, p.121, grifo nosso).

No que diz respeito às possibilidades da interlocução e do fortalecimento de rede no contexto das demandas presentes no cotidiano profissional do CEAM/SPM destaca-se a ocorrência de uma reunião mensal da rede. Esta reunião é realizada periodicamente, ocorrendo em locais diferentes a cada mês, e conta com a participação de diversos órgãos e instituições, com o objetivo de articular respostas às demandas postas pelos usuários que vivenciam as expressões da "questão social". A partir desse espaço de diálogo, debate e cooperação, os casos são encaminhados para outros equipamentos ou setores, de forma a prover uma assistência abrangente e articulada.

Por exemplo, no âmbito do enfrentamento à violência doméstica, quando os postos de saúde e/ou as UPAs atendem casos relacionados a esse problema, é elaborado um relatório que é posteriormente encaminhado à SPM. Tal procedimento visa possibilitar o contato com a vítima, proporcionando o suporte e a proteção necessária. Além disso, há também encaminhamentos provenientes das delegacias e do CEAM para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), setores de habitação, entre outros serviços, de acordo com a especificidade do usuário e a natureza de sua demanda.

Dessa forma, a reunião de rede mensal é uma estratégia essencial para a convergência de esforços e a integração de diferentes atores envolvidos na mitigação das manifestações da questão social enfrentadas pelos usuários do CEAM/SPM. A interação entre os diversos equipamentos e instituições, por meio desse processo de encaminhamento e cooperação, revela-se fundamental para a viabilização de um atendimento mais abrangente e qualificado. Diante dos argumentos expostos, fica claro que o termo fortalecimento da rede diz respeito a

importância da ação intersetorial dos órgãos governamentais para a efetivação e ampliação do trabalho profissional das Técnicas de Enfrentamento a Violência contra a mulher. Pois, reiterando a fala de uma das profissionais entrevistadas, “a política para mulheres só pode ser efetivada a partir do fortalecimento da rede”. Ou seja, a partir da intersectorialidade.

Considera-se importante salientar que, embora o equipamento valorize a interlocução e o fortalecimento da rede como um mecanismo de viabilizar direitos, de maneira factual, como uma política de prevenção a violência doméstica, a Superintendência encontra contradições em seu percurso para se efetivar como uma política de Estado. A sua dependência aos recursos repassados pela SEMAS torna-a vulnerável às mudanças de governo. No cotidiano, isso se expressa no fato de que a mudança de governo influencia diretamente no equipamento e nas condições de trabalho. De acordo com a equipe da SPM, se um prefeito que não prioriza a Secretaria de Assistência Social de Nova Iguaçu é eleito, os subsídios para que se tenha condições favoráveis de trabalho, geralmente, ficam precarizados.

Então, urge, por parte do equipamento, a necessidade de elos políticos e a busca por parcerias com órgãos e entidades governamentais como uma estratégia relevante para fortalecer o posicionamento da Superintendência no cenário político e institucional, bem como, a não precarização do cotidiano profissional e do espaço de trabalho. Esse cenário reflete uma preocupação que vai além dos limites do município de Nova Iguaçu, tendo em vista a observação de casos semelhantes em outras localidades, como a desenfreada precarização dos CRAS e dos CREAS na região da Baixada do Rio de Janeiro.

Schmidt (2018, p.127) define como políticas públicas “um conjunto de decisões e ações adotadas por órgãos públicos e organizações da sociedade, intencionalmente coerentes entre si, que, sob coordenação estatal, destinam-se a enfrentar um problema político”. Nesse sentido, podemos dividir as políticas públicas entre tipologias e modalidades: aqui, nos esforçamos para compreender a diferença entre políticas de governo e políticas de Estado, que influenciam no lócus de análise deste estudo.

Nos termos do autor, a política de Estado é caracterizada por ser uma política pública estrutural, institucionalizada e regulamentada por leis e normas que transcendem os ciclos de governo. Essas políticas são pensadas para perdurar ao longo do tempo, independentemente das mudanças nas lideranças políticas e partidárias. Segundo Bresser-Pereira (1998), a política de Estado está fundamentada em instituições permanentes que regulam a ação do Estado e asseguram a continuidade das políticas públicas. Por outro lado, a política de governo é mais contingente e dependente do ciclo político. Refere-se às políticas e ações integradas por um governo específico, em resposta a seu programa de governo e à plataforma política adotada

pelos representantes eleitos. De acordo com Schmidt (2018), políticas de governo tendem a ser provisórias e políticas de estado, duradouras.

A coexistência de políticas de Estado e políticas de governo pode gerar limites e contradições para a construção e implementação de políticas públicas auto consistentes. Nesse contexto, a Superintendência enfrenta desafios ao posicionar-se como uma política de prevenção à violência, pois não é uma política pública exclusiva de prevenção à violência doméstica vinculada ao Estado, mas sim um órgão municipal vinculado à Política de Assistência Social. Sua sustentabilidade depende dos recursos provenientes da SEMAS, tendo sua efetivação e ampliação influenciadas, diretamente, pela mudança dos cargos de chefia, tal como as políticas de governo. Portanto, há um esforço por parte do equipamento em promover um amplo debate e sensibilização das esferas políticas sobre a importância da Superintendência de Políticas para Mulheres como uma política de Estado, com financiamento e autonomia garantidos, independente do programa de governo vigente.

Acerca das novas demandas e/ou as que se acentuaram no pós-pandemia, a partir dos dados estatísticos da SPM acerca dos atendimentos realizados nos períodos pandêmico e pós-pandêmico, no ano de 2022 houve um aumento nos números de atendimentos ‘de primeira vez’ (sendo 247 até agosto e 304 até dezembro), quando comparado ao ano de 2021, que contou com 281 atendimentos. Os dados também apontam que, durante o período mais agudo da pandemia (2020), o número de atendimentos de mulheres de ‘primeira vez’ era de 171 e, no ano de 2019, o número era de 196 atendimentos. Já os dados de atendimentos de retorno têm-se: 1538 atendimentos em 2022; 1562 no ano de 2021; 1286 em 2020 e 1437 atendimentos de retorno no ano 2019.

Seguindo essa análise, percebe-se que o número de atendimentos de primeira vez aumentou consideravelmente no ‘pós-pandemia’ (2022) quando comparado ao ano de 2020. E, curiosamente, os atendimentos de retorno em 2021 superam os números – mesmo que singelamente – do ano de 2022. Ou seja, é possível inferir que os atendimentos de primeira vez e os atendimentos de retorno no período pós agudização da Covid-19, mesmo quando comparados a um período anterior à pandemia, subiram significativamente.

Esses dados são fundamentais pois apresentam um parâmetro, mesmo que de forma quantitativa, para a análise das demandas que as mulheres apresentam no que concerne ao pós-pandemia. Ademais, segundo relato de uma Assistente Social e Técnica de Enfrentamento à Violência contra Mulher, que compõe a equipe da SPM/NI, esse aumento no número de atendimentos de primeira vez no ano de 2022, similarmente é consequência da dedicação das

profissionais que atuam no equipamento em publicizar suas ações em seus sítios virtuais e fortalecer as redes a fim de acessar ainda mais usuárias munícipes.

A partir do estudo metodológico, foi possível aferir duas demandas que foram, de certa forma, acentuadas pela pandemia em relação às mulheres vítimas de violência: a saúde mental e a questão da empregabilidade. Além da violência em si, em que as mulheres estavam mais predispostas em função do isolamento social, as medidas emergenciais indispensáveis em favor da prevenção contra a doença aumentaram eminentemente o trabalho doméstico e reprodutivo. Também houveram casos em que mulheres foram desligadas de seus empregos, o que tornou a situação ainda mais difícil. Todos esses fatores contribuíram para o excesso de trabalho e o adoecimento físico e mental, evidenciados pela desigualdade de gênero em nossa sociedade, como nos informam Borges e Silva (2020).

Assim, como consequência das expressões da “questão social” vivenciadas por elas na fase mais aguda do Covid-19, a péssima saúde mental das mulheres é uma demanda que se evidenciou ainda mais no pós-pandemia. Ademais, de acordo com a resposta da Técnica de Enfrentamento a Violência contra a Mulher no questionário online, “cresceu o número de alguns tipos de violência e é nítido a questão da péssima saúde mental das mulheres que estão chegando”.

Conforme mencionado, a pandemia ampliou as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Covid), durante o período entre maio e setembro de 2020, a população feminina ocupada registrou uma redução de 36,12 milhões para 34,38 milhões, enquanto a população masculina ocupados apresentaram poucas variações, passando de 48,28 milhões para 48,56 milhões. Essa disparidade entre os gêneros no mercado de trabalho pode ser interpretada como um reflexo das diferentes ocupações nas quais homens e mulheres estão predominantemente inseridos.

Além disso, do ponto de vista social, as mulheres são frequentemente atribuídas com uma responsabilidade maior pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças e essa realidade contribui para a ampliação das desigualdades no mercado de trabalho, especialmente em um contexto de pandemia, no qual as creches e escolas permaneceram fechadas.

Segundo Breitenbach (2022), no mês de março de 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou dados que evidenciaram os efeitos da crise gerada pela pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho, particularmente no que se refere às mulheres. Durante o terceiro trimestre de 2020, a participação delas no mercado de trabalho sofreu uma

queda significativa, atingindo o nível mais baixo desde 1990, com uma taxa de 45,8%. A crise global desencadeada pela Covid-19 resultou em uma perda total de empregos imaginada em 114 milhões de pessoas ao redor do mundo. Dessas, 81 milhões estavam em situação de inatividade, o que indica que ou perderam o trabalho por incapacidade ou pela resistência na busca por emprego em virtude da disseminação da pandemia.

Assim, é importante destacar que as mulheres foram particularmente prejudicadas pela perda de emprego durante a pandemia do Covid-19. De acordo com o relatório de 2021 da Organização Mundial do Trabalho, citado em matéria da Central Única dos Trabalhadores no mesmo ano, a taxa de desemprego entre as mulheres durante a pandemia situa-se em 5%, em comparação com 3,9% entre os homens. Além disso, é relevante observar que muitas mulheres enfrentaram dificuldades em obter apoio financeiro durante a pandemia. Levando em consideração a estrutura de uma sociedade patriarcal, muitas mulheres não tinham rede de apoio para cuidar de seus filhos durante esse período, o que limitava sua capacidade de retornar ao trabalho e agravava ainda mais sua situação financeira, conforme apontam Fontoura e Reis (2022). Com base nesses argumentos, emerge um panorama pós-pandemia no qual as mulheres enfrentam uma realidade em que a violência previamente sofrida por elas é acentuada em muitos casos, ainda, agravada pela perda de emprego – um fator determinante para o aumento da violência. Além disso, a sobrecarga significativa de trabalho reprodutivo e cuidado, conforme mencionado anteriormente, tem contribuído para o adoecimento tanto mental quanto físico das mulheres.

E, por fim, no que concerne ao perfil econômico-social das usuárias atendidas pela SPM, uma das questões levantadas pela equipe foi a identificação de uma mudança na característica social e econômica das mulheres que usam os serviços do equipamento em análise. Embora o perfil socioeconômico predominante seja composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social, as profissionais envolvidas observaram um aumento constante no número de atendimentos de mulheres com formação acadêmica, incluindo aquelas com pós-graduação e até mesmo com cargos militares. Analisando as respostas do formulário, as Técnicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher destacam a diversidade de perfis das mulheres que acessam essa política. Conforme relatado por elas, os atendimentos abrangem desde mulheres em situação de vulnerabilidade social até aquelas que são financeiramente independentes.

Esses resultados evidenciam que as mulheres atendidas pelo equipamento apresentam uma ampla gama de características socioeconômicas e ocupacionais. A presença crescente de mulheres com níveis educacionais mais altos, incluindo aquelas que possuem formação

acadêmica e ocupações profissionais especializadas, indica uma expansão do perfil das mulheres usuárias desses serviços. Essas observações fornecem insights relevantes para a compreensão das demandas e necessidades das mulheres em diferentes contextos sociais e profissionais no que diz respeito ao enfrentamento da violência de gênero. Pois, é através do perfil e das especificidades das usuárias que se consegue subsidiar políticas que atendam as demandas dessas mulheres – normalmente o equipamento levanta dados de ano em ano para reajustar o atendimento de acordo com o perfil, no ano seguinte.

No que se refere à análise inicial e complementar acerca das RSVs, identificamos que dois movimentos específicos de publicização das ações pela equipe foram determinantes para que mulheres de diferentes perfis socioeconômicos acessassem o equipamento de atendimento. O primeiro movimento diz respeito à estratégia de divulgação adotada pela equipe por meio da plataforma Instagram, iniciada em 2017. Nessa abordagem, foram compartilhados diversos posts que publicizavam o trabalho multiprofissional realizado pela equipe, conscientizando a comunidade virtual sobre a natureza da violência de gênero e suas manifestações. Além disso, a equipe mobilizou-se para gravar vídeos com o objetivo de se aproximar de potenciais usuárias, apresentando o funcionamento do equipamento de política social e demonstrando como oferecem orientação e assistência às vítimas e aos filhos(as) das vítimas. Essas postagens também divulgaram as diversas ações desenvolvidas pela SPM e em colaboração com outras instituições.

O segundo movimento, igualmente relevante, consiste no esforço da equipe em deslocar-se para diferentes instituições de ensino superior, empresas, escolas, assim como em espaços como bancos de espera em hospitais e postos de saúde e outras instituições governamentais e não governamentais. Nessas ocasiões, a equipe promove palestras e rodas de conversa voltadas para discussão sobre os diversos tipos de violência de gênero, destacando a importância de um debate qualificado sobre essa temática.

Essas ações de divulgação mostraram-se efetivas em atrair usuárias de diferentes perfis para acessar o equipamento e demonstraram a importância de uma abordagem abrangente e engajada para sensibilizar a sociedade sobre a questão da violência de gênero. A utilização estratégica das RSVs, bem como a presença ativa da equipe em diferentes espaços e instituições, configuram-se como elementos fundamentais para disseminar informações, promover o diálogo e oferecer apoio a mulheres que podem estar enfrentando situações de violência de gênero. Tais iniciativas encorajaram, assim, a ampliação do acesso (também) por parte de mulheres graduadas, pós-graduadas e/ou as que são financeiramente independentes,

aos serviços de atendimento e apoio oferecidos pelo CEAM e pela SPM, reforçando o papel dessas instituições no enfrentamento da violência contra as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na investigação em tela, foi possível identificar os aspectos positivos na/da aplicação das ações junto ao público-alvo atendido pela SPM, sobretudo, se compararmos com a realidade de outras cidades vizinhas. Mas, ainda que as ações se destaquem de maneira positiva, também foi possível perceber o desenvolvimento das ações no equipamento da política social não está isento das questões da precarização do trabalho técnico, bem como de outros rebatimentos do atual sistema capitalista, que estrutura as relações sociais, tais como as relações de vínculo a uma determinada secretaria e a ausência de uma autonomia na gestão das ações.

Teve destaque, a partir do trabalho de campo *in loco* na SPM, a importância do fortalecimento da rede e a relevância da intersetorialidade para o planejamento e execução das políticas, bem como para o acesso à direitos e à efetivação da política de gênero. Por meio da investigação foi possível identificar um aumento no número de 'atendimentos de primeira vez' no 'pós-pandemia' em comparação ao ano de 2020, o que reforça a ideia de que o legado da pandemia ainda se faz presente no cotidiano das mulheres no que diz respeito à violência e violação de direitos, afetando sua saúde mental e se desdobrando em questões variadas como a empregabilidade. Cabe registrar a importância do uso das RSVs para divulgação das ações, onde fica notório o maior acesso das mulheres vítimas de violência, inclusive com novos perfis socioeconômicos, para além de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Tendo em vista a natureza deste estudo como um trabalho de iniciação científica é possível inferir que a pesquisa permite depreender algumas questões importantes acerca da implementação de ações por parte do Estado no que concerne ao enfrentamento e prevenção à violência de gênero/violência doméstica em um território específico da região metropolitana do Rio de Janeiro e se desdobrar em investigações futuras. Não é nossa intenção, portanto, esgotar o tema. Pelo contrário, acredita-se que outras possibilidades de análises podem surgir nesse contexto, permitindo um avanço nos estudos específicos sobre a Baixada Fluminense e sobre seus municípios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Iara de. **Mulheres no pós-pandemia: cenário de violência desafiará novo governo.** Observatório do Terceiro Setor, 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/mulheres-no-pos-pandemia-cenario-de-violencia-desafiara-novo-governo/>. Acesso em: 08 Jul 2023.

ANDRADE, Sandra dos Santos; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; BARZOTTO, Carlos Eduardo. Transversalidade de gênero em políticas públicas: Uma revisão de literatura. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, n 2, p 82-106, mai/ago, 2019.

BREITENBACH, Zilá. **Dependência econômica torna mulher mais vulnerável à violência doméstica.** 2022. Site da Assembleia Legislativa do RS. Disponível em: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/327087>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BECKER, Howard S. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. *In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAUNERT, Mariana Bettega; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; BRIDI, Maria Aparecida da Cruz. Impactos da reforma administrativa sobre as formas de contratação e a estabilidade no setor público. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 84, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/83056>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BORGES, Rosimar Souza dos Santos; SILVA, Adriana Santos da. **Distanciamento social e sobrecarga de trabalho: impactos na saúde da mulher.** In: PASSOS, Rachel Gouveia; MOREIRA, Elaine Martins... [et al.] (orgs). Em tempos de pandemia: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, p. 148 – 153, 2020.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Democracia e Gênero: Implementação de políticas públicas para mulheres.** Secretaria de Políticas para Mulheres, 2015.

BRASIL. **Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena** [Internet]. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ODNH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 49-95, 1998.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; BRANDÃO, Juliana; SOBRAL, Isabela; LAGRECA, Amanda. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**, 4ª ed., 2023. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/. Acesso em: 09 Jul 2023.

CAMPOS, Carmen Hein de. “A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria Da Penha”. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 519-531, maio-agosto/2015, p. 524.

CALLIYERIS, Vasiliki Evangelou; LAS CASAS, Alexandre Luzzi. A utilização do método de coleta de dados via internet na percepção dos executivos dos institutos de pesquisa de mercado atuantes no Brasil. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 11-22, June 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122012000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 Jun 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Mulheres são as mais afetadas com desemprego na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-sao-as-mais-afetadas-com-desemprego-na-pandemia-a178>. Acesso em: 13 jul. 2023

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

COUTO, Vinicius Assis et al. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FCg8T4wR6DGG8wKkCP33vVq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: O uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, 7(1), p. 15-37, 2018.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UNB, 2009. 99-129 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª edição, 1991.

FONTOURA, Isadora Hörbe Neves; REIS, Suzéte. Mulheres Trabalhadoras: Desafios e Perspectivas no Período Pós-Pandemia. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 22, n. 3, p. 593-604, 2022.

GARCIA, Danler. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 2, p. p. 97-120, 1 maio 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Revista SER Social**, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 326–342, 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13051. Acesso em: 25 Mai 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 41 ed. 2014.

IANNI, O. **A Questão Social**. In: A ideia do Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados Pesquisa PNAD COVID19: Indicadores mensais – setembro de 2020 – mercado de trabalho**. Brasília (DF): IBGE, 2020. Disponível em: <https://COVID19.ibge.gov.br/pnad-COVID/trabalho.php>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Curadoria Enap, 2013.

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 1-6, 2020. Disponível em <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/>. Acesso em 13 Jul. 2023.

MORAES Patrícia Maccarini; NUNES, Renata; HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO Regina Célia Tamasso. Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Políticas Públicas**. Dez, 2020; 24(2):802. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 11 Jul 2023.

OLIVEIRA, Isabelly Andrade de; PINTO, Tatiane de Oliveira. Políticas sociais de gênero: identificando ações do estado com foco nas mulheres, no contexto pandêmico, na baixada fluminense – RJ. In: **Anais do XXXIII Congresso Latinoamericano de Sociología, ALAS MÉXICO, 2022**, Ciudad de México, Guadalajara, San Luis Potosí y Mérida, Ago. 2022.

OLIVEIRA, Letícia; FONTES, Bruna. Contribuições de Heleieth Saffioti para o entendimento sociológico da mulher brasileira. **Cosmos – Revista de graduação em Ciências Sociais**. 2020, v. i, nº 1. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/COSMOS/article/view/13869>. Acesso em: 22 Jun 23.

OLIVEIRA, Carlos Alexandre de; ANGELO, Edna da Silva; OLIVEIRA, Marlene. Análise de redes sociais no campo de pesquisa da Ciência da Informação: Desenvolvimento da produção científica mundial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 2, ESPECIAL, p. 312-328, abr./ jul., 2017.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE– OPAS. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. Maio de 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 09 Jul 2023.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE– OPAS. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 13 ago. 2020.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 1, p. 114-127, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527373009.pdf>. > Acesso em: 12 jul. 2023.

PINO, Angel. Violência, Educação e Sociedade: Um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, 28(100),763-785, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Fcw4BTVQtGJKZTcky7Y5hzx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 Jun 2023.

PISCITELLI, Adriana. **Reflexões em torno do gênero e do feminismo**. In: Poéticas e políticas feministas. COSTA, C. e SCHMIDT, S. (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2022**. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf . Acesso em: 09 Jul 2023.

ROMERO, Karolyne; KERSTENETZKY, Celia. Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18. Brasília, p. 119-146, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151805>. Acesso em: 11 Jul. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 16, p. 115–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>. Acesso em: 22 Jun 2023.

SANTOS, Ana Elizabeth Lole. **Emancipação para quem?: uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social**. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, jan. 2018. ISSN 1982-9957. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.17058/rdunisc.v3i56.12688> Acesso em: 24 jul. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul/dez 1995.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **O desafio da gestão das redes de políticas**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7. Lisboa, Portugal, 2002. p. 1-24. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/CLAD/clad0043204.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.